


A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

THE IMPORTANCE OF THE FAMILY IN SCHOOL EDUCATION

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.050-042>

Cicero Jackson Pinheiro Beserra

Mestre em Ensino de Física

Sociedade Brasileira de Física (SBF) Polo P31 – URCA, Brasil

Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte/CE, Brasil

E-mail: jacksonpinheirofisica@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7821812927688605>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3540-0058>

Heloisa Helena Ferreira de Souza

Doutoranda em Ciências da Educação

Universidad Del Sol – UNADES, Paraguai

Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE, Brasil

E-mail: hhsouza3@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5436147883896149>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4088-1586>

Ana Carla Ferreira dos Santos

Especialista em Língua Portuguesa Arte e Educação

Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil

Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte/CE, Brasil

E-mail: carla.ferreira09@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-0202-5993>

Samara Sá Araújo Vieira

Especialista em Psicopedagogia com ênfase em Gestão Escolar

Faculdade Kurios – FAK, Brasil

Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte/CE, Brasil

E-mail: samypedro113@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5139515471134414>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-2209-6151>

Alâna Santana de Oliveira

Especialista em Educação Infantil

Universidade Regional do Cariri - URCA, Brasil

Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte/CE, Brasil

E-mail: alanaprofissional2023@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2243329468672497>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3719-7835>

Rafaela Gonçalves Rodrigues

Especialista em Direito Penal e Criminologia
Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil
Vínculo Institucional: Coordenadoria da Mulher de Altaneira/CE, Brasil
E-mail: advocaciarafaelagoncalves@gmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2038317417032850>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0143-8332>

Cicero Bartolomeu Ferreira Barbosa

Mestrando em Educação
Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil
Vínculo Institucional: Universidade Regional do Cariri – URCA e Secretaria Municipal de Educação de Brejo Santo/CE, Brasil
E-mail: bartolomeu.ferreira@urca.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8339477685108683>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-4723-4977>

Igor Alcântara Silva

Mestrando em Ciências da Educação
Universidad Del Sol – UNADES, Paraguai
Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE e Cedro/CE, Brasil
E-mail: igor.edf22@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7164538077645337>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0235-7392>

Elder Luis do Nascimento Gomes

Doutorando em Ciências da Educação
Universidad Del Sol – UNADES, Paraguai
Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE, Brasil
E-mail: elderluis35@yahoo.com.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4044778404557933>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7963-8143>

RESUMO

Este estudo analisa a importância da família na educação escolar, considerando sua atuação como instância formativa fundamental no desenvolvimento integral dos sujeitos. Parte-se da compreensão de que a aprendizagem não se restringe ao espaço escolar, sendo construída na interação entre diferentes contextos, especialmente no âmbito familiar. O trabalho evidencia que a participação ativa da família contribui significativamente para o desempenho acadêmico, o engajamento e a permanência dos estudantes, ao mesmo tempo em que aponta os desafios que permeiam essa relação, como desigualdades sociais, fragilidades comunicacionais e limitações institucionais. A análise reafirma a necessidade de fortalecimento da parceria entre família e escola por meio de práticas dialógicas, inclusivas e contextualizadas, capazes de reconhecer a diversidade dos arranjos familiares e seus saberes. Conclui-se que a integração efetiva entre esses espaços constitui elemento essencial para a construção de uma educação mais equitativa, significativa e socialmente referenciada.

Palavras-chave: Família; Educação escolar; Participação.

ABSTRACT

This study analyzes the importance of the family in school education, considering its role as a fundamental formative instance in the integral development of individuals. It is based on the understanding that learning is not limited to the school environment, but is constructed through the interaction of different contexts, especially within the family. The research highlights that active family participation significantly contributes to academic performance, student engagement, and school retention, while also addressing the challenges that permeate this relationship, such as social inequalities, communication gaps, and institutional limitations. The analysis reaffirms the need to strengthen the partnership between family and school through dialogical, inclusive, and contextualized practices that recognize the diversity of family arrangements and their knowledge. It concludes that effective integration between these spaces is essential for building a more equitable, meaningful, and socially grounded education.

Keywords: Family; School education; Participation.

1 INTRODUÇÃO

Em um cenário educacional atravessado por profundas transformações sociais, culturais e tecnológicas, torna-se cada vez mais evidente que o processo de escolarização não pode ser compreendido de forma isolada, restrito aos limites físicos e simbólicos da instituição escolar. A aprendizagem, em sua complexidade constitutiva, é tecida a partir de múltiplas influências, entre as quais se destaca, de modo incontornável, a presença da família como instância primeira de socialização, formação ética e construção de sentidos. Nessa direção, a relação entre família e escola assume centralidade nas discussões contemporâneas sobre qualidade da educação, equidade e desenvolvimento integral dos sujeitos.

A compreensão do papel da família no percurso escolar exige o reconhecimento de que os estudantes não adentram o espaço educativo como sujeitos neutros, desprovidos de história. Ao contrário, carregam consigo um repertório de experiências, valores e práticas que são constituídos no interior de suas vivências familiares e comunitárias. Tal perspectiva encontra respaldo nas contribuições de Bourdieu (1998), ao evidenciar que o capital cultural, incorporado desde a infância, exerce influência significativa sobre o desempenho escolar, configurando trajetórias distintas no interior do sistema educacional. Nesse horizonte analítico, a escola não opera em um vazio social, mas dialoga permanentemente com as condições concretas de existência dos educandos.

Ao se considerar o desenvolvimento humano como um processo relacional, mediado por interações sociais, torna-se imprescindível reconhecer a centralidade das experiências familiares na constituição das funções psicológicas superiores. Vygotsky (2007) sustenta que a aprendizagem se efetiva por meio da mediação, sendo o outro elemento fundamental na construção do conhecimento. Nesse sentido, as práticas educativas vivenciadas no contexto familiar não apenas antecedem, mas também influenciam diretamente a forma como o estudante se apropria dos conteúdos escolares, estabelecendo conexões entre o saber cotidiano e o conhecimento sistematizado.

A complexidade dessa relação pode ser aprofundada à luz da perspectiva ecológica do desenvolvimento humano, proposta por Bronfenbrenner (2011), que compreende o sujeito inserido em sistemas interdependentes, nos quais a família e a escola se configuram como microsistemas fundamentais. A interação entre esses espaços, denominada mesossistema, revela-se determinante para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança, na medida em que a coerência ou a dissonância entre tais contextos pode potencializar ou fragilizar os processos de aprendizagem.

Sob esse prisma, a articulação entre família e escola não deve ser concebida como uma mera formalidade institucional, mas como uma condição estruturante para a promoção de uma educação que reconheça a singularidade dos sujeitos e valorize suas trajetórias. Tal entendimento é reafirmado pela legislação educacional brasileira, especialmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece, em seu artigo 2º, a educação como dever compartilhado entre família e Estado (Brasil, 1996). Essa corresponsabilidade implica não apenas a divisão de encargos, mas a construção de um projeto educativo comum, orientado pela formação integral do educando.

A relevância desse debate se intensifica diante das desigualdades que marcam o contexto educacional brasileiro, no qual fatores socioeconômicos, culturais e territoriais impactam de maneira desigual o acesso e a permanência na escola. Pesquisas recentes têm demonstrado que a participação familiar constitui um dos elementos mais significativos para a mitigação dessas desigualdades, favorecendo o engajamento escolar e o desenvolvimento de competências socioemocionais (Epstein, 2018; Libâneo, 2013). Contudo, essa participação não pode ser reduzida a práticas normativas ou prescritivas, sendo necessário considerar as especificidades de cada contexto familiar.

Muito pouco do que se discute sobre qualidade da educação se sustenta sem enfrentar um ponto decisivo: a ausência de diálogo real entre escola, família e comunidade. É nesse terreno que a reflexão freireana ganha densidade e urgência, ao afirmar o diálogo como fundamento ético e político das práticas educativas emancipatórias. Ao problematizar as relações entre educadores, educandos e seus contextos de vida, Freire (1996) evidencia que ensinar exige mais do que transmitir conteúdos; requer uma postura comprometida com a escuta, o reconhecimento dos saberes produzidos fora da escola e sua incorporação

crítica ao processo formativo, condição indispensável para que a educação se realize como prática de transformação social.

É preciso que fique claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É nesse movimento dialético entre ensinar e aprender que se constrói uma prática educativa crítica, comprometida com a realidade concreta dos sujeitos e aberta ao diálogo com os saberes que emergem de suas experiências de vida. Assim, não há educação verdadeira sem a participação ativa daqueles que, historicamente, foram silenciados ou desconsiderados nos processos formais de ensino, sendo a família um desses espaços de produção legítima de conhecimento e cultura (Freire, 1996, p. 25).

Ignorar a potência da relação entre família e escola é, em última instância, comprometer a própria essência do ato educativo. À luz das reflexões apresentadas, torna-se inequívoco que essa relação ultrapassa qualquer perspectiva meramente instrumental, assumindo lugar estruturante na constituição dos processos formativos. Não se trata, portanto, de uma colaboração acessória, mas de um elo fundante que sustenta a construção do conhecimento, dos valores e das experiências que atravessam a vida escolar. Nesse sentido, a consolidação de vínculos consistentes entre esses dois espaços exige mais do que iniciativas pontuais; impõe a necessidade de revisão crítica das práticas pedagógicas e das políticas educacionais, orientando-as para uma integração efetiva, dialógica e contínua entre os diversos sujeitos que participam da formação dos estudantes.

Quando se pretende compreender, em profundidade, os sentidos e as urgências da educação contemporânea, torna-se inevitável interrogar o lugar que a família ocupa nesse processo formativo. É a partir dessa inquietação que o presente estudo se delinea, assumindo como objetivo central analisar a importância da família na educação escolar, considerando suas contribuições para o desenvolvimento integral dos sujeitos e os desafios que permeiam essa relação no contexto contemporâneo. Ao fazê-lo, busca-se construir uma reflexão crítica, consistente e teoricamente fundamentada, capaz de subsidiar práticas educativas mais sensíveis, inclusivas e comprometidas com a complexidade da realidade social dos educandos.

2 A FAMÍLIA COMO PRIMEIRO ESPAÇO EDUCATIVO

Antes mesmo de qualquer inserção formal nos sistemas de ensino, o sujeito humano já se encontra imerso em um universo de significações que orienta suas primeiras formas de perceber, sentir e interpretar o mundo. É no interior da família que se inauguram os processos educativos mais elementares, aqueles que não se organizam por currículos prescritos, mas que se constituem na tessitura cotidiana das relações, dos afetos e das práticas culturais. Nesse espaço originário, a criança aprende a linguagem, internaliza normas de convivência, desenvolve vínculos emocionais e inicia a construção de sua identidade social.

A centralidade da família como espaço inaugural da educação encontra respaldo em diferentes matrizes teóricas que reconhecem o caráter relacional do desenvolvimento humano. Ao analisar os processos de socialização, Berger e Luckmann (2004) destacam que a realidade social é construída e interiorizada por meio das interações primárias, sendo a família o principal locus dessa interiorização inicial. É nesse ambiente que o indivíduo assimila padrões de comportamento e referenciais simbólicos que passam a orientar sua ação no mundo, constituindo aquilo que os autores denominam de socialização primária.

Essa compreensão é aprofundada quando se considera que as práticas familiares não apenas introduzem a criança à cultura, mas também produzem disposições duráveis que influenciam sua trajetória educacional. Bourdieu (1998) denomina esse conjunto de disposições de habitus, um sistema de esquemas incorporados que orienta percepções, escolhas e práticas. No contexto escolar, tais disposições podem favorecer ou dificultar o desempenho dos estudantes, uma vez que a escola tende a valorizar determinados capitais culturais que nem sempre estão igualmente distribuídos entre as famílias.

Sob uma perspectiva psicogenética, o papel da família também se revela fundamental na constituição das estruturas cognitivas iniciais. Piaget (1976) argumenta que o desenvolvimento da inteligência ocorre a partir da interação entre o sujeito e o meio, sendo as experiências vivenciadas nos primeiros anos de vida decisivas para a construção de esquemas mentais. Nesse sentido, as oportunidades de exploração, diálogo e estímulo oferecidas no ambiente familiar contribuem diretamente para o desenvolvimento das capacidades de pensamento, linguagem e resolução de problemas.

Ao se considerar a dimensão histórico-cultural da aprendizagem, as contribuições de Vygotsky (2007) evidenciam que o desenvolvimento cognitivo é mediado pelas interações sociais e pelo uso de instrumentos culturais, especialmente a linguagem. A família, nesse contexto, assume o papel de mediadora privilegiada, pois é no convívio com adultos e outros membros do grupo familiar que a criança tem acesso aos signos e significados que estruturam o pensamento. As práticas discursivas, as narrativas compartilhadas e as formas de orientação cotidiana constituem, assim, elementos centrais para a formação das funções psicológicas superiores. A complexidade dessa mediação pode ser melhor compreendida à luz da seguinte reflexão:

O aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam. Desde os primeiros momentos de vida, a interação com os adultos organiza a experiência da criança, oferecendo-lhe não apenas conteúdos, mas formas de pensar e de agir. É por meio dessas relações que se estabelece a base para o desenvolvimento das funções mentais superiores, que não emergem espontaneamente, mas são construídas historicamente nas práticas sociais compartilhadas (Vygotsky, 2007, p. 115).

Reduzir a educação ao espaço escolar é desconsiderar a trama invisível, porém decisiva, que sustenta o desenvolvimento humano desde os primeiros anos de vida. Nessa direção, essa perspectiva reafirma que a educação não se inaugura na escola, mas se constrói continuamente nos múltiplos espaços de convivência, sendo a família o primeiro e mais significativo deles. É no interior dessas relações primárias que se estruturam disposições, valores e modos de compreender o mundo, de modo que a qualidade das interações familiares exerce influência direta sobre a forma como a criança se posiciona diante do conhecimento, da autoridade e das normas sociais.

Ao ampliar o olhar para os aspectos afetivos do desenvolvimento, torna-se evidente que o ambiente familiar também desempenha papel determinante na constituição da segurança emocional necessária para a aprendizagem. Wallon (2007) enfatiza que emoção e cognição são dimensões indissociáveis do desenvolvimento humano, sendo as relações afetivas fundamentais para a construção do equilíbrio psíquico. Um ambiente familiar acolhedor, que valoriza a escuta e o diálogo, favorecem a confiança e a autonomia da criança, elementos essenciais para o enfrentamento dos desafios escolares.

Por outro lado, é preciso reconhecer que as famílias não são homogêneas, tampouco operam sob condições iguais. As desigualdades sociais, econômicas e culturais impactam diretamente as possibilidades de acompanhamento e apoio à vida escolar dos filhos. Nesse contexto, a escola deve evitar leituras simplistas ou culpabilizadoras, reconhecendo a diversidade de configurações familiares e suas especificidades. Como aponta Lahire (1997), mesmo em contextos de menor capital cultural, as famílias desenvolvem estratégias próprias de apoio à escolarização, ainda que estas nem sempre sejam reconhecidas pela instituição escolar.

A análise da família como primeiro espaço educativo, portanto, não pode ser dissociada das condições concretas de existência dos sujeitos. Trata-se de compreender que a educação, em sua dimensão mais profunda, é um processo socialmente situado, atravessado por relações de poder, por desigualdades estruturais e por múltiplas formas de produção de sentido. Reconhecer a centralidade da família nesse processo implica, sobretudo, valorizar os saberes que emergem do cotidiano, legitimando-os como parte constitutiva da formação humana.

A entrada da criança na escola não representa um ponto de partida, mas um momento de inflexão em uma trajetória educativa que já se encontra em pleno desenvolvimento. Sob essa compreensão, ao adentrar o espaço escolar, o estudante não inaugura sua formação, mas dá continuidade a um percurso tecido por aprendizagens, valores e experiências constituídas em outros contextos, especialmente no âmbito familiar. Considerar essa historicidade não é apenas um gesto de sensibilidade pedagógica, mas uma exigência para a construção de práticas educativas coerentes com a realidade dos sujeitos. Desconsiderar

tal dimensão implica apagar parte significativa da experiência vivida, comprometendo, assim, a efetivação de uma educação que se pretenda, de fato, inclusiva, significativa e socialmente referenciada.

3 RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: PARCERIA NECESSÁRIA

A construção de uma educação escolar efetivamente comprometida com a formação integral dos sujeitos pressupõe o reconhecimento de que os processos educativos se desenvolvem na interseção entre diferentes espaços de socialização. Nesse contexto, a relação entre família e escola não se configura como um elemento acessório, mas como um eixo estruturante da prática pedagógica, na medida em que articula dimensões cognitivas, afetivas e socioculturais que atravessam o cotidiano dos estudantes. Tal compreensão exige o deslocamento de perspectivas reducionistas que historicamente atribuíram à escola a centralidade exclusiva do ensinar, desconsiderando o papel ativo das famílias na constituição dos percursos formativos.

Ao se analisar essa relação sob uma perspectiva crítica, torna-se evidente que a parceria entre família e escola não se limita à presença física em reuniões ou eventos pontuais, mas envolve um processo contínuo de interlocução, corresponsabilidade e construção de sentidos compartilhados sobre a educação. Paro (2012) destaca que a participação familiar deve ser compreendida como um direito e, ao mesmo tempo, como uma necessidade pedagógica, uma vez que a democratização da escola passa, inevitavelmente, pela ampliação dos espaços de diálogo com a comunidade. Nesse sentido, a presença da família não se reduz a um papel fiscalizador, mas se constitui como elemento ativo na definição de práticas e projetos educativos.

A densidade dessa relação pode ser melhor compreendida à luz das contribuições de Epstein (2018), que propõe um modelo de envolvimento parental baseado em múltiplas dimensões, incluindo comunicação, apoio à aprendizagem em casa, participação em decisões e colaboração com a comunidade. Tal abordagem evidencia que a parceria entre família e escola não é homogênea, mas se materializa em diferentes formas de interação que, quando articuladas, potencializam o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes. Assim, o envolvimento familiar não deve ser avaliado apenas pela frequência às reuniões escolares, mas pela qualidade das interações estabelecidas no cotidiano.

No contexto brasileiro, essa articulação encontra respaldo nas diretrizes normativas que orientam a educação básica. A Base Nacional Comum Curricular reafirma a importância da integração entre escola, família e comunidade como condição para a formação de sujeitos críticos e participativos (Brasil, 2018). Tal orientação implica reconhecer que o currículo não se esgota nos conteúdos formais, mas se amplia na medida em que dialoga com as experiências de vida dos estudantes, mediadas, em grande parte, pelas vivências familiares. A escola, nesse horizonte, assume o desafio de construir práticas pedagógicas que acolham a diversidade de contextos e promovam a participação efetiva das famílias.

A relevância dessa parceria também se evidencia quando se consideram os impactos diretos sobre o desempenho escolar. Estudos indicam que o envolvimento familiar está associado a maiores níveis de

engajamento, melhor rendimento acadêmico e menor incidência de evasão escolar (Henderson; Mapp, 2002). Tais resultados decorrem, em grande medida, da criação de um ambiente de apoio e valorização da aprendizagem, no qual a criança percebe a educação como um projeto compartilhado entre os diferentes espaços de sua vida. Essa compreensão pode ser aprofundada a partir da seguinte reflexão:

As evidências mostram que quando as escolas, as famílias e as comunidades trabalham juntas para apoiar a aprendizagem, as crianças tendem a obter melhores resultados acadêmicos, permanecer mais tempo na escola e desenvolver atitudes mais positivas em relação ao estudo. Essa parceria não se constrói de forma espontânea, mas exige planejamento, intencionalidade e o reconhecimento de que todos os envolvidos possuem conhecimentos e responsabilidades que precisam ser articulados em benefício do estudante. Ignorar essa interdependência significa limitar o alcance das práticas educativas e comprometer o potencial transformador da escola (Henderson; Mapp, 2002, p. 7).

Ao se considerar a dimensão relacional dessa parceria, torna-se imprescindível destacar o papel da comunicação como elemento mediador. A construção de vínculos entre família e escola depende da existência de canais de diálogo que sejam acessíveis, respeitosos e contínuos. Contudo, não se trata apenas de informar, mas de estabelecer uma escuta qualificada, capaz de reconhecer as demandas, expectativas e saberes das famílias. Freire (1996) já apontava que o diálogo autêntico se fundamenta na horizontalidade das relações, rompendo com práticas autoritárias que historicamente afastaram as famílias do espaço escolar.

Apesar de sua importância, a efetivação dessa parceria enfrenta obstáculos que não podem ser ignorados. As desigualdades sociais, a sobrecarga de trabalho das famílias, as dificuldades de acesso à escola e, em muitos casos, experiências anteriores de fracasso escolar, contribuem para o distanciamento entre esses dois espaços. Como observa Libâneo (2013), a escola precisa desenvolver estratégias que considerem essas condições concretas, evitando responsabilizar exclusivamente as famílias pela ausência de participação. Trata-se, portanto, de construir uma relação que seja, ao mesmo tempo, acolhedora e propositiva, capaz de envolver diferentes perfis familiares.

Outro aspecto relevante diz respeito à necessidade de formação dos profissionais da educação para lidar com a diversidade de contextos familiares. A ausência de preparo para mediar conflitos, compreender realidades distintas e promover a inclusão pode comprometer a qualidade dessa relação. Nesse sentido, a parceria entre família e escola não se estabelece apenas por vontade institucional, mas requer investimento em práticas formativas que ampliem a compreensão dos educadores sobre o papel das famílias no processo educativo.

Entre tensões históricas e possibilidades transformadoras, a relação entre família e escola revela-se como um dos campos mais sensíveis e decisivos do cenário educacional contemporâneo. Longe de se configurar de maneira linear, essa interação se constitui na confluência de desafios estruturais e culturais

que, ao mesmo tempo em que dificultam a aproximação, também abrem espaço para experiências potentes de colaboração e diálogo. De um lado, persistem barreiras que fragilizam esse vínculo; de outro, emergem práticas exitosas que evidenciam sua capacidade de ressignificar trajetórias educativas quando construída de forma intencional e compartilhada. Reconhecer essa ambivalência não é apenas um exercício analítico, mas uma condição indispensável para a formulação de políticas e práticas que promovam uma integração mais consistente, crítica e efetiva entre esses dois espaços formativos.

Nenhum projeto educativo se sustenta de forma plena quando concebido de maneira isolada, alheio às múltiplas relações que constituem a formação humana. É sob essa perspectiva que compreender a relação entre família e escola como uma parceria necessária implica reconhecer a educação como um processo essencialmente coletivo, tecido na interação dinâmica entre sujeitos, saberes e contextos diversos. Ao fortalecer esse vínculo, não apenas se ampliam os horizontes das práticas pedagógicas, mas também se consolidam as bases para a construção de uma educação mais justa, inclusiva e socialmente referenciada.

4 IMPACTOS DA PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NO DESEMPENHO ESCOLAR

Atribuir o desempenho escolar exclusivamente ao que ocorre dentro da sala de aula é, no mínimo, reduzir a complexidade dos processos que constituem a aprendizagem. Quando analisado sob uma perspectiva mais abrangente, torna-se evidente que os resultados educacionais dos estudantes são produzidos na confluência de múltiplos fatores interdependentes, entre os quais a participação da família assume papel decisivo. Nesse cenário, a presença ativa dos responsáveis no acompanhamento da vida escolar não apenas incide diretamente sobre o rendimento acadêmico, mas também se configura como um importante fator de proteção e de potencialização das aprendizagens, especialmente em contextos atravessados por desigualdades educacionais.

A literatura educacional contemporânea tem demonstrado, de forma consistente, que o envolvimento familiar contribui significativamente para o desenvolvimento de competências acadêmicas e socioemocionais. Ao analisar evidências empíricas sobre o tema, Henderson e Mapp (2002) afirmam que estudantes cujas famílias acompanham de forma sistemática sua trajetória escolar apresentam maior rendimento, melhores índices de frequência e atitudes mais positivas em relação à escola. Esse acompanhamento não se restringe ao auxílio direto nas tarefas escolares, mas se manifesta também na valorização simbólica da educação e na construção de expectativas positivas em relação ao futuro.

Sob essa perspectiva, a participação familiar atua como um mediador entre o estudante e o conhecimento, favorecendo a criação de um ambiente propício à aprendizagem. Libâneo (2013) ressalta que a organização da rotina de estudos, o incentivo à leitura e o estabelecimento de hábitos disciplinares são práticas frequentemente associadas ao acompanhamento familiar, contribuindo para a consolidação de aprendizagens mais consistentes. Nesse contexto, a família exerce uma função reguladora que orienta o

comportamento do estudante diante das demandas escolares, promovendo maior autonomia e responsabilidade.

Outro aspecto relevante diz respeito à influência da participação familiar na constituição da autoestima e da motivação para aprender. A valorização das conquistas escolares, o reconhecimento dos esforços e o apoio diante das dificuldades contribuem para o fortalecimento da autoconfiança do estudante, elemento essencial para a persistência nos estudos. Estudos realizados por Hill e Tyson (2009) indicam que formas mais indiretas de envolvimento parental, como o estabelecimento de expectativas educacionais e o diálogo sobre a importância da escola, apresentam impacto significativo no desempenho acadêmico, especialmente nos anos finais da educação básica. A complexidade dessa relação pode ser melhor compreendida à luz da seguinte reflexão:

O envolvimento dos pais na educação dos filhos, quando orientado por práticas que valorizam a autonomia e o diálogo, está associado a melhores resultados acadêmicos e a um maior engajamento escolar. Mais do que a supervisão direta das tarefas, são as expectativas, o incentivo e a construção de um ambiente que valoriza o conhecimento que produzem efeitos duradouros no desempenho dos estudantes. Assim, a participação familiar deve ser compreendida como um processo qualitativo, que envolve dimensões emocionais, culturais e simbólicas, e não apenas como uma presença quantitativa nas atividades escolares (Hill; Tyson, 2009, p. 756).

A dimensão afetiva, nesse contexto, assume papel central na mediação das aprendizagens. Wallon (2007) destaca que o desenvolvimento cognitivo está profundamente imbricado com os aspectos emocionais, sendo a segurança afetiva um elemento indispensável para a construção do conhecimento. Ambientes familiares marcados por relações de apoio, escuta e acolhimento favorecem a redução da ansiedade diante das demandas escolares, possibilitando que o estudante se envolva de maneira mais ativa e confiante no processo de aprendizagem.

Ao considerar os contextos de vulnerabilidade social, a importância da participação familiar torna-se ainda mais evidente. Em situações nas quais a escola enfrenta limitações estruturais, o apoio familiar pode funcionar como um fator compensatório, contribuindo para a continuidade dos estudos e para a superação de dificuldades. Contudo, é fundamental evitar uma leitura simplista que atribua exclusivamente à família a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso escolar. Como observa Lahire (1997), as práticas familiares são condicionadas por contextos sociais específicos, sendo necessário compreender as diferentes formas de envolvimento parental a partir de suas condições concretas de existência.

A ausência ou fragilidade da participação familiar, por sua vez, pode gerar impactos significativos no percurso escolar dos estudantes. Dificuldades de aprendizagem, desmotivação, baixo rendimento e maior propensão à evasão escolar são frequentemente associados à falta de acompanhamento e de apoio no

ambiente doméstico. Tais situações não devem ser interpretadas como desinteresse, mas como indicativas de barreiras estruturais que dificultam a aproximação entre família e escola.

Nesse sentido, a análise dos impactos da participação familiar no desempenho escolar exige uma abordagem que articule dimensões pedagógicas, sociais e culturais. A escola, ao reconhecer a importância dessa participação, deve desenvolver estratégias que favoreçam a aproximação com as famílias, criando condições para que elas possam se envolver de maneira efetiva no processo educativo. Tal movimento implica não apenas convidar as famílias a participarem, mas construir práticas que considerem suas realidades, saberes e possibilidades.

Dessa forma, a participação familiar revela-se como um elemento estruturante do desempenho escolar, não apenas por sua influência direta nos resultados acadêmicos, mas por sua capacidade de promover condições mais amplas para o desenvolvimento humano. Ao fortalecer esse vínculo, amplia-se o horizonte das aprendizagens, contribuindo para a formação de sujeitos mais autônomos, críticos e comprometidos com sua trajetória educacional.

5 DESAFIOS NA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

A consolidação de uma relação efetiva entre família e escola, embora amplamente reconhecida como condição indispensável para a qualidade da educação, encontra-se atravessada por um conjunto de desafios que refletem as complexidades do contexto social contemporâneo. Longe de se configurar como uma parceria espontânea, essa articulação exige a superação de barreiras históricas, culturais e institucionais que, em muitos casos, dificultam a construção de vínculos sólidos e duradouros entre esses dois espaços formativos.

Em primeiro plano, destacam-se as desigualdades socioeconômicas como um dos principais fatores que interferem na participação das famílias no cotidiano escolar. A precarização das condições de trabalho, a sobrecarga de jornadas extensas e a instabilidade econômica limitam significativamente o tempo e a disponibilidade dos responsáveis para acompanhar a vida escolar dos estudantes. Tal realidade não pode ser interpretada como desinteresse ou negligência, mas como expressão de condições estruturais que impactam diretamente as formas de participação. Nesse sentido, como observa Libâneo (2013), a escola precisa reconhecer essas limitações concretas e desenvolver estratégias que não culpabilizem as famílias, mas que considerem suas possibilidades reais de envolvimento.

Além das condições materiais, a relação entre família e escola também é tensionada por questões de ordem cultural e simbólica. Muitas famílias, especialmente aquelas provenientes de contextos historicamente marginalizados, carregam experiências anteriores de fracasso escolar, o que pode gerar sentimentos de insegurança, desconfiança ou até mesmo distanciamento em relação à instituição escolar. Arroyo (2014) destaca que a escola, ao longo de sua história, frequentemente reproduziu práticas

excludentes que deslegitimaram os saberes populares, contribuindo para o afastamento de determinados grupos sociais. Superar esse distanciamento implica reconhecer a pluralidade de formas de conhecimento e valorizar as experiências trazidas pelas famílias.

Outro desafio relevante diz respeito à comunicação entre escola e família, que nem sempre se estabelece de maneira dialógica e horizontal. Em muitos contextos, a interação ocorre predominantemente em situações de conflito, como problemas de comportamento ou baixo desempenho escolar, o que contribui para a construção de uma relação marcada pela tensão e pela desconfiança. A ausência de canais permanentes de escuta e diálogo dificulta a construção de uma parceria baseada no respeito mútuo e na corresponsabilidade. Nesse aspecto, a reflexão freireana sobre o diálogo como prática emancipatória revela-se fundamental para a reconfiguração dessas relações (Freire, 1996). A complexidade dessa problemática pode ser aprofundada a partir da seguinte reflexão:

A escola que se pretende democrática não pode prescindir do diálogo com as famílias e com a comunidade. Contudo, esse diálogo não se constrói a partir de práticas impositivas ou verticalizadas, mas exige a abertura para a escuta, o reconhecimento das diferenças e a valorização dos saberes que emergem dos contextos populares. Quando a escola se fecha em si mesma, ignorando a realidade dos sujeitos, ela reforça processos de exclusão e dificulta a construção de vínculos que poderiam potencializar o processo educativo. É, portanto, na tensão entre acolhimento e transformação que se inscreve o desafio de construir uma relação efetivamente participativa (Freire, 1996, p. 67).

A formação dos profissionais da educação também se apresenta como um elemento central nesse debate. A ausência de preparo específico para lidar com a diversidade de configurações familiares e com as múltiplas demandas que emergem desse contexto pode comprometer a qualidade da relação estabelecida. Muitos educadores ainda operam a partir de concepções idealizadas de família, desconsiderando a heterogeneidade que caracteriza a sociedade contemporânea. Segundo Paro (2012), a gestão democrática da escola pressupõe a capacidade de dialogar com diferentes realidades, o que exige uma formação que ultrapasse os aspectos técnicos e incorpore dimensões éticas e políticas da prática educativa.

Ademais, as transformações nas estruturas familiares, marcadas pela diversidade de arranjos e pela redefinição de papéis sociais, colocam novos desafios para a escola. Famílias monoparentais, extensas, reconstituídas e outras configurações contemporâneas demandam uma postura institucional que seja inclusiva e sensível às múltiplas formas de organização da vida familiar. Ignorar essa diversidade significa reproduzir padrões normativos que não correspondem à realidade vivida pelos estudantes.

Outro aspecto que merece destaque refere-se às limitações institucionais da própria escola, que, muitas vezes, não dispõe de recursos, tempo ou políticas específicas para promover a participação efetiva das famílias. A ausência de projetos estruturados, de espaços de escuta e de estratégias de aproximação contribui para que essa relação permaneça fragilizada. Nesse sentido, como apontam Epstein (2018), a

construção de parcerias sólidas entre escola e família requer planejamento intencional, definição de metas e criação de mecanismos que favoreçam a participação contínua.

A análise desses desafios evidencia que a relação entre família e escola não pode ser compreendida de forma simplista ou linear. Trata-se de um campo permeado por contradições, no qual coexistem avanços e limitações. Reconhecer essa complexidade é fundamental para evitar abordagens reducionistas que atribuem responsabilidades unilaterais, desconsiderando as múltiplas determinações que influenciam essa relação.

Manter a escola distante das famílias não é apenas um equívoco institucional, mas um entrave direto à efetivação de uma educação comprometida com a realidade dos sujeitos. É nesse contexto que se impõe a urgência de uma atuação intencional por parte da escola, que deve assumir uma postura proativa na construção de estratégias capazes de estreitar esse vínculo, investindo em práticas pautadas no acolhimento, na escuta sensível e no reconhecimento da diversidade que atravessa a comunidade escolar. Paralelamente, cabe às políticas públicas educacionais não apenas reconhecerem a relevância dessa parceria, mas garantirem condições concretas para sua materialização, por meio de investimentos, diretrizes e ações que sustentem, de forma contínua, a integração entre família e escola.

Assim, os desafios na relação família-escola não devem ser compreendidos como obstáculos intransponíveis, mas como elementos que evidenciam a necessidade de transformação das práticas educativas. Ao enfrentá-los de maneira crítica e propositiva, abre-se a possibilidade de construção de uma educação mais democrática, inclusiva e comprometida com a realidade dos sujeitos.

6 POSSIBILIDADES E CAMINHOS PARA O FORTALECIMENTO DESSA RELAÇÃO

O fortalecimento da relação entre família e escola exige, antes de tudo, a superação de práticas meramente formais de participação, nas quais os responsáveis são convocados apenas para reuniões administrativas, comunicados disciplinares ou situações de baixo rendimento escolar. Uma parceria educativa consistente precisa ser construída como processo permanente, planejado e sustentado por uma cultura institucional de acolhimento, escuta e corresponsabilidade. A escola que reconhece a família como parceira formativa amplia sua capacidade de compreender o estudante em sua integralidade, considerando não apenas seu desempenho acadêmico, mas também sua história, seus vínculos, suas condições sociais e suas experiências culturais.

Nesse horizonte, torna-se indispensável que a instituição escolar organize espaços efetivos de diálogo com as famílias, não como estratégia eventual, mas como dimensão constitutiva do projeto político-pedagógico. A Base Nacional Comum Curricular afirma que a Educação Básica brasileira deve orientar-se pela formação humana integral e pela construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, perspectiva que exige a articulação entre escola, família e comunidade na promoção das aprendizagens

essenciais (Brasil, 2018). Desse modo, fortalecer a relação família-escola significa também reafirmar o compromisso da educação com a participação democrática e com a valorização dos sujeitos que compõem a comunidade escolar.

A experiência internacional no campo das parcerias educativas demonstra que a aproximação entre família, escola e comunidade produz melhores resultados quando há intencionalidade pedagógica, planejamento institucional e reconhecimento das múltiplas formas de participação. Epstein e Sheldon (2023) defendem que programas eficazes de parceria devem considerar dimensões como comunicação, aprendizagem em casa, participação nas decisões escolares e colaboração com a comunidade. Essa compreensão rompe com a visão limitada de que participar significa apenas comparecer à escola, ampliando o entendimento para práticas que envolvem acompanhamento, incentivo, diálogo, corresponsabilidade e construção coletiva de soluções.

A criação de canais permanentes de comunicação constitui um dos caminhos mais relevantes para consolidar essa parceria. Não se trata apenas de informar às famílias sobre notas, frequência ou comportamento, mas de estabelecer uma comunicação clara, respeitosa e bilateral, capaz de permitir que a escola também escute os responsáveis e compreenda suas expectativas, dificuldades e saberes. Nessa direção, a comunicação precisa abandonar o tom exclusivamente corretivo e assumir uma função formativa, aproximando os sujeitos por meio de orientações pedagógicas, devolutivas sensíveis e pactuações possíveis.

A robustez das investigações no campo educacional contemporâneo permite afirmar que as iniciativas que articulam escola, família e comunidade produzem impactos significativos na aprendizagem dos estudantes, especialmente quando superam a lógica pontual e assumem caráter sistemático, intencional e contextualizado. Nessa direção, a participação dos responsáveis deixa de ser entendida como colaboração periférica e passa a constituir elemento estruturante do processo educativo. Henderson e Mapp (2002), ao reunirem evidências empíricas em ampla revisão de estudos, demonstram que o envolvimento familiar está diretamente associado à melhoria do desempenho acadêmico, ao fortalecimento do engajamento escolar e à construção de atitudes mais positivas em relação à aprendizagem, sobretudo quando as ações estabelecem conexão entre o ambiente escolar e o cotidiano dos estudantes.

É precisamente nesse ponto que a discussão adquire maior densidade analítica, ao evidenciar que a qualidade da relação entre escola e família não pode ser aferida pela frequência dos contatos, mas pela consistência e pela profundidade das interações construídas no cotidiano educativo. Sob essa perspectiva, a constituição de vínculos autênticos pressupõe o reconhecimento da família como sujeito ativo do processo formativo, deslocando a relação de uma lógica meramente informativa para um campo efetivo de corresponsabilidade pedagógica. Tal compreensão encontra respaldo na literatura especializada, ao indicar que práticas escolares que promovem participação qualificada tendem a produzir impactos mais duradouros

na aprendizagem e no engajamento dos estudantes (Epstein; Sheldon, 2023). Nessa direção, a reflexão a seguir sintetiza, com precisão, essa inflexão conceitual:

As escolas que constroem vínculos reais com as famílias não apenas comunicam informações, mas criam condições para que os responsáveis compreendam o processo educativo, participem das decisões e apoiem a aprendizagem de modo qualificado. A parceria efetiva nasce quando a escola reconhece que as famílias possuem saberes, experiências e responsabilidades próprias, e quando as famílias percebem que a escola não as convoca apenas para cobrar, mas também para construir caminhos coletivos. Nessa relação, participação deixa de ser presença ocasional e passa a significar pertencimento, compromisso e corresponsabilidade formativa (Epstein; Sheldon, 2023, p. 45).

Sob essa perspectiva, uma possibilidade concreta consiste na reformulação das reuniões escolares, tornando-as menos burocráticas e mais pedagógicas. Reuniões centradas apenas em informes tendem a reduzir a participação das famílias a uma postura passiva. Em contraposição, encontros organizados em torno de temas formativos, oficinas de orientação, rodas de conversa, análise de avanços dos estudantes e construção de estratégias conjuntas podem produzir maior engajamento. Esse movimento permite que a escola compartilhe com as famílias não apenas resultados, mas também processos, critérios, objetivos e possibilidades de apoio à aprendizagem.

A valorização dos saberes familiares também representa um caminho fundamental. Muitas vezes, a escola reconhece apenas conhecimentos formalizados, desconsiderando experiências culturais, práticas comunitárias, memórias, valores e formas de cuidado que circulam no ambiente familiar. Freire (1996) contribui para essa discussão ao defender uma educação fundada no diálogo, na escuta e no respeito aos saberes dos educandos.

Outro caminho importante refere-se à criação de estratégias diferenciadas de participação, considerando que as famílias vivem realidades diversas e nem sempre dispõem das mesmas condições de tempo, deslocamento ou acesso. Nesse sentido, a escola pode diversificar seus instrumentos de aproximação por meio de atendimentos individualizados, agendas pedagógicas, grupos de comunicação, encontros em horários alternativos, visitas institucionais planejadas, projetos comunitários e momentos de escuta. O essencial é evitar que a participação seja pensada a partir de um modelo único de família, pois essa postura tende a excluir justamente aquelas que mais necessitam de acolhimento e mediação.

A tecnologia, quando utilizada de modo ético e acessível, também pode contribuir para o fortalecimento dos vínculos entre família e escola. Plataformas digitais, mensagens institucionais e registros de acompanhamento podem facilitar a comunicação e tornar mais visível o percurso de aprendizagem dos estudantes. Contudo, é necessário evitar que os recursos tecnológicos substituam o encontro humano ou intensifiquem desigualdades. A mediação digital deve funcionar como apoio à comunicação, e não como barreira para famílias com menor acesso, menor familiaridade tecnológica ou dificuldades de leitura e interpretação.

No campo da gestão escolar, a participação familiar deve ser incorporada às práticas democráticas da instituição. Paro (2012) sustenta que a democratização da escola passa pela participação efetiva da comunidade nos processos decisórios, o que exige abertura institucional e superação de práticas verticalizadas. Assim, conselhos escolares, assembleias, fóruns, comissões e espaços consultivos podem fortalecer o sentimento de pertencimento das famílias, desde que não se limitem a funções simbólicas. A participação precisa ter consequência concreta na vida escolar, influenciando decisões, projetos e prioridades pedagógicas.

A formação continuada dos profissionais da educação constitui outro eixo indispensável. Muitos conflitos entre escola e família decorrem de incompreensões mútuas, comunicação inadequada e ausência de preparo para lidar com realidades familiares diversas. Por isso, é fundamental que professores, gestores e equipes pedagógicas sejam formados para desenvolver escuta qualificada, mediação de conflitos, comunicação não violenta, análise contextual e práticas inclusivas. A parceria família-escola não depende apenas da boa vontade dos sujeitos, mas de uma cultura profissional que reconheça a família como parte legítima do processo educativo.

Além disso, projetos intersetoriais podem ampliar a capacidade da escola de responder às demandas que ultrapassam o campo estritamente pedagógico. Em muitas situações, dificuldades escolares estão relacionadas a questões sociais, emocionais, econômicas e de saúde. A articulação com assistência social, saúde, conselhos de direitos e serviços de proteção pode fortalecer a rede de apoio ao estudante e à família. Nesse sentido, a escola não deve assumir sozinha todas as responsabilidades, mas pode atuar como espaço de identificação, encaminhamento e articulação de cuidados.

A construção de uma cultura de corresponsabilidade também passa pelo reconhecimento dos avanços dos estudantes e pela devolutiva positiva às famílias. Quando a escola comunica apenas problemas, reforça uma imagem negativa do estudante e transforma a relação com os responsáveis em experiência de cobrança. Ao contrário, quando compartilha conquistas, progressos e possibilidades, contribui para fortalecer a confiança da família no processo educativo. Essa mudança de postura tem efeito pedagógico importante, pois reposiciona a família como aliada e o estudante como sujeito em desenvolvimento, não como problema a ser administrado.

Dessa maneira, os caminhos para o fortalecimento da relação família-escola exigem ações articuladas em diferentes níveis: pedagógico, comunicacional, institucional, formativo e político. Não basta convocar as famílias à escola; é preciso construir condições concretas para que elas se sintam pertencentes, respeitadas e corresponsáveis. A parceria efetiva nasce quando escola e família compreendem que educar é uma tarefa compartilhada, atravessada por desafios, mas também por possibilidades de transformação.

Portanto, fortalecer essa relação significa investir em uma educação mais humana, democrática e socialmente referenciada. Quando escola e família caminham em diálogo, o estudante encontra maior coerência entre os espaços que o formam, desenvolve vínculos mais seguros com a aprendizagem e passa a perceber a educação como projeto de vida. Trata-se, assim, de compreender que nenhuma escola se realiza plenamente isolada de sua comunidade, e nenhuma família deve ser afastada do direito de participar da formação escolar de seus filhos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, buscou-se compreender a importância da família na educação escolar a partir de uma perspectiva ampliada, que reconhece o processo educativo como resultado de interações complexas entre diferentes espaços formativos. Partiu-se do pressuposto de que a aprendizagem não se restringe ao ambiente escolar, sendo profundamente influenciada pelas experiências, valores e práticas construídas no âmbito familiar. Nesse sentido, o objetivo proposto foi alcançado ao evidenciar que a família se constitui como elemento estruturante na formação integral dos sujeitos, não apenas como suporte externo, mas como agente ativo na constituição dos percursos educativos.

A análise desenvolvida permitiu identificar que a relação entre família e escola assume caráter decisivo no desempenho escolar, no engajamento dos estudantes e na construção de trajetórias educativas mais consistentes. Ficou demonstrado que a participação familiar, quando efetiva e qualificada, contribui para o fortalecimento da autonomia, da autoestima e da motivação para aprender, além de favorecer a permanência e o sucesso escolar. Por outro lado, também se evidenciou que essa relação é atravessada por desafios significativos, como desigualdades socioeconômicas, fragilidades comunicacionais, limitações institucionais e a persistência de práticas escolares pouco inclusivas.

A hipótese implícita que orientou a discussão, de que o fortalecimento da parceria entre família e escola potencializa os processos de aprendizagem e contribui para a construção de uma educação mais equitativa, mostrou-se consistente à luz das reflexões teóricas mobilizadas. Contudo, verificou-se que essa parceria não se estabelece de forma espontânea, exigindo intencionalidade pedagógica, compromisso institucional e reconhecimento da diversidade de contextos familiares. Assim, não se trata apenas de incentivar a participação, mas de criar condições reais para que ela se efetive de maneira significativa e contínua.

As contribuições deste estudo residem na reafirmação da necessidade de ressignificar o lugar da família no contexto escolar, superando visões reducionistas que a posicionam como agente secundário ou meramente colaborativo. Ao reconhecer a família como parte constitutiva do processo educativo, amplia-se a compreensão sobre os fatores que influenciam a aprendizagem e fortalece-se a possibilidade de construção de práticas pedagógicas mais sensíveis, inclusivas e socialmente referenciadas. Além disso, o

trabalho aponta para a urgência de políticas públicas e ações institucionais que promovam a integração entre escola e comunidade, garantindo condições estruturais para o desenvolvimento dessa parceria.

Por fim, destaca-se que o aprofundamento dessa temática demanda novas investigações que considerem as especificidades dos diferentes contextos educacionais, especialmente no que se refere às realidades locais e às múltiplas configurações familiares. Estudos futuros podem explorar práticas exitosas de aproximação entre escola e família, bem como analisar os impactos de políticas educacionais voltadas à participação comunitária. Nesse horizonte, reafirma-se que pensar a educação contemporânea implica, necessariamente, reconhecer que a formação dos sujeitos se constrói na coletividade, na escuta e na articulação entre os diversos espaços que compõem a experiência humana, conforme discutido ao longo deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.
- BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- EPSTEIN, Joyce L. **School, family, and community partnerships: preparing educators and improving schools**. 3. ed. New York: Routledge, 2018.
- EPSTEIN, Joyce L.; SHELDON, Steven B. **School, family, and community partnerships: preparing educators and improving schools**. 3. ed. New York: Routledge, 2023.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HENDERSON, Anne T.; MAPP, Karen L. **A new wave of evidence: the impact of school, family, and community connections on student achievement**. Austin: Southwest Educational Development Laboratory, 2002.
- HILL, Nancy E.; TYSON, Diana F. Parental involvement in middle school: a meta-analytic assessment of the strategies that promote achievement. **Developmental Psychology**, Washington, v. 45, n. 3, p. 740-763, 2009.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. São Paulo: Ática, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIAGET, Jean. **A equilibração das estruturas cognitivas: problema central do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.